

110
PLANO SAYAD: É PONTO FINAL?

Funaro e Ulysses descartam a possibilidade de aplicação do programa do ministro do Planejamento

Divulgado à opinião pública antes mesmo de chegar às mãos do presidente da República, o Plano Sayad talvez não seja mais aproveitado pelo governo. Ao menos é o que insinuou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao comentar que "o plano vazou e, naturalmente, o governo não gosta que esses projetos sejam divulgados antes de uma decisão; perdem o impacto".

A sua aplicação também foi afastada, ontem, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, para quem trata-se de "uma boa contribuição para ser estudada e discutida, mas no futuro, não agora". O ministro negou, ainda, que a proposta fosse considerada "um plano de governo".

O deputado Ulysses Guimarães, conforme ele mesmo adiantou, discutiu a questão com o ministro Funaro, no último fim de semana, em São Paulo. E foi informado que está quase concluído um projeto complementando as já anunciadas iniciativas destinadas à recuperação da economia.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, manifestou ontem, em Porto Alegre, o seu temor de que a "transparência" do Plano Sayad, com o anúncio prévio das medidas, pode provocar uma "escalada altista, uma corrida desenfreada ao pote". Embora elogiando o propósito da divulgação antecipada, Vellinho considerou que "a cristalinidade pode não ter o resultado esperado porque o medo do imprevisível pode causar uma corrida paralela de preços e salários, aumentando a inflação".

O empresário gostou do programa de estabilização proposto pelo ministro Sayad porque acredita que ele corrigiria o "defeito inicial" do Plano Cruzado I: o de ter sido adotado sem o realinhamento integral de produtos, serviços e tarifas públicas. Além deste erro, ele considera que o Cruzado I "teria sido excelente desde que os dirigentes não tivessem cometido o pecado de afirmar que a inflação seria zero e o conge-

mento para sempre". Em relação às medidas propostas por Sayad, Vellinho entende, por exemplo, que fixar o déficit público em 1,5% do PIB — (Produto Interno Bruto) é "subestimar a máquina estatal".

O anúncio do Plano Sayad não agradou, porém, todas as lideranças empresariais do ABC paulista. Enquanto Hans Kittler, diretor da delegacia de São Bernardo do Campo do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), lamentava novas intervenções do Estado na economia de mercado, diante da proposta de congelamento de preços, João Scivoletto, diretor da delegacia do Ciesp em Diadema, considerava o conteúdo do projeto "uma trilha para se achar o caminho que a classe produtiva tanto procura".

Para Hans Kittler, "nada mais justifica novos ataques de intervenção do governo, tantos foram os erros cometidos ao longo dos anos no Brasil". O dirigente do Ciesp entende que o governo esquece com rapidez os desarranjos que provoca no sistema produtivo privado e pergunta: "Por que não deixar que a própria economia de mercado



estabeleça as regras e o equilíbrio dos preços relativos que o Plano Cruzado com-
plicou?"

Para o otimista João Scivoletto, de Diadema, o governo dá sinais de que aprendeu com os erros "ao lançar a discussão inclusive do Congresso Nacional um conjunto de diretrizes e linhas de atuação, em vez de pura e simplesmente impor mais um pacote".

CUT esperneia

"Na hora em que planos como o do Sayad viram pacotão, só nos resta esperar." A conclusão é do coordenador do Departamento Metalúrgico da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Heiguiberto Della Bella Navarro, que engrossa o coro dos demais membros da central, insatisfeitos com a não participação dos sindicatos nas deliberações econômicas. A maioria dos dirigentes da CUT não concluiu ainda a análise do Plano Sayad. O presidente nacional da entidade, Jair Meneguelli, revelou que só falará sobre o assunto hoje.